

Anúncio do plano para fim de mandato de FHC é adiado

Executivo espera definição da crise entre aliados para divulgar medidas nas áreas social e tributária, cujo investimento chega a R\$ 70 bilhões

João Domingos
de Brasília

A crise política provocada pelas denúncias do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o racha na base governista causado pelas disputas pelas presidências da Câmara e do Senado e a doença do governador paulista, Mário Covas, levaram o presidente Fernando Henrique Cardoso a adiar a divulgação do programa de ação para os últimos 22 meses de sua administração.

No seu plano de ação, o presidente da República pretende oferecer à sociedade e aos partidos aliados o panorama do que será o seu final de governo, com ênfase para investimentos sociais nas áreas da educação, saúde, saneamento e habitação. O plano prevê investimentos de quase R\$ 70 bilhões. Poderá ser anunciada até a criação na área da saúde de um programa semelhante ao bol-

sa-escola, já aplicado na educação em alguns municípios.

O bolsa-saúde deverá complementar a renda das famílias pobres que levarem as crianças de zero a seis anos aos postos de saúde. A princípio, o governo trabalha com a possibilidade de oferecer R\$ 30 para a família que levar a criança de até seis anos periodicamente ao médico. Com isso, a mãe e o pai, além dos irmãos, poderão ser atendidos caso tenham alguma doença, além de serem orientados quanto à higiene. O bolsa-escola, que deverá ser estendido aos municípios mais pobres, complementa com R\$ 15 a R\$ 40 a renda de famílias que mantêm na escola as crianças de sete a 14 anos.

O anúncio do programa de impacto para os 22 últimos meses do governo de Fernando Henrique foi planejado justamente como uma resposta aos ataques do senador

Antonio Carlos. Mas a agressividade do pefelista surpreendeu o presidente. O clima de mal-estar atingiu todo o governo. Fernando Henrique quer ter do PFL a garantia de que será aliado e não opositor no futuro. Para anunciar o plano de fim de governo, o presidente quer ter todos os partidos com os quais conta ao seu lado. Por isso, ontem à noite ministros admitiam que poderá haver o adiamento do anúncio do programa.

Todos os ministros e líderes do governo que tiveram informação a respeito do conteúdo do programa de ação do governo afirmam que não haverá muitas novidades. Apenas a consolidação de planos existentes, para que sejam realizados alguns pon-

tos, principalmente na área social. E projetos de lei que necessitam da aprovação do Congresso Nacional e que podem dar continuidade às reformas que o governo começou, ainda em 1995, que acabaram com o monopólio estatal das telecomunicações,

O anúncio do programa para os 22 últimos meses do governo de FHC foi planejado como resposta à ofensiva de Antonio Carlos

da Petrobras no refino e extração de petróleo, dos estados na canalização de gás e de empresas brasileiras na navegação de cabotagem.

São três as propostas que o presidente considera necessário enviar ao Congresso. A primeira é a que regulamenta o Fundo de Erradicação da Pobreza, essencial para que seja feito o programa bolsa-saúde. O segundo é a reforma tributária. Não de forma global, como vem sendo debatido

desde 1995, mas por partes.

Como a cobrança da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) termina no dia 17 de junho do ano que vem — e tal imposto permite a arrecadação anual de cerca de R\$ 15 bilhões —, o governo procura uma saída para substituí-la. De acordo com informação de ministros, poderá ser proposta uma emenda constitucional tornando a CPMF permanente ou substituindo-a pelo aumento da alíquota do PIS/Cofins em cerca de 1,5%.

A reforma tributária que o governo vai propor ao Congresso procurará definir uma nova fórmula para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de forma que fique bem claro o que é da União e o que é dos estados. Também vai procurar desonerar de impostos os produtos destinados à exportação, para torná-los competi-

vos no mercado internacional. Assim, o Brasil estará se preparando para a chegada da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), diz que o programa de ação do presidente Fernando Henrique para o fim de mandato mostrará que o governo plantou uma política de ajuste fiscal por seis anos e que, agora, chegou a vez de colher os frutos. Ele afirma que será um período de muitos investimentos sociais.

Fernando Henrique pretende dizer a seus aliados que o anúncio do plano de seu final de governo não deve ser confundido com o reinício de uma administração. Ao contrário. Só é possível ser feito porque o governo, nos momentos mais difíceis, soube tomar as decisões certas. Fez o ajuste fiscal e garantiu a estabilidade econômica.